



Indústrias Romi S.A.
CNPJ/MF 56.720.428/0001-63

*Informações requeridas pela
Instrução CVM nº 481/09, em
atendimento ao Edital de
Convocação da Assembleia
Geral Ordinária do dia 13 de
março de 2012.*

A) Informações sobre a Companhia

A.1) Identificação da Companhia

Indústrias Romi S.A., inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 56.720.428/0001-63.

Sede Av. Pérola Byington, nº 56
Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo
13453-900

A.2) Diretoria de Relações com Investidores

Luiz Cassiano Rando Rosolen
Tel: (19) 3455-9004
dri@romi.com

A.3) Auditores Independentes da Companhia

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

A.4) Jornais nos quais a Companhia divulga informações

Diário Oficial do Estado de São Paulo – Caderno Empresarial e no jornal Valor Econômico.

B) Considerações sobre este relatório

Esse documento deve ser lido em conjunto com as demonstrações financeiras da Indústrias Romi S.A. ("Romi ou Companhia"), publicadas, em 08 de fevereiro de 2012 nos jornais Valor Econômico e Diário Oficial do Estado de São Paulo – Caderno Empresarial. Essas demonstrações financeiras também encontram-se disponíveis no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br) e no site oficial da Companhia (www.romi.com).

Os valores são expressos em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado.

C) Informações requeridas pela Instrução CVM nº 481

C.1) Relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo.

Conforme informações disponíveis, a partir de 08/02/2012 no site da Comissão de Valores Mobiliários e no site oficial da Companhia (www.romi.com).

C.2) Cópia das demonstrações financeiras;

Conforme informações disponíveis, a partir de 08/02/2012 no site da Comissão de Valores Mobiliários e no site oficial da Companhia (www.romi.com).

C.3) Comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência que está a seguir demonstrado

10 Comentários dos diretores

10.1 Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia apresenta uma posição financeira estável, com expectativa de crescimento em 2012, com base no crescimento industrial. Mesmo diante da crise iniciada em 2008, que adentrou o ano de 2009, a Administração tomou as ações necessárias para equilibrar as condições financeiras e patrimoniais e adicionalmente, buscou todas as oportunidades diante do crescimento econômico brasileiro no ano de 2010. Durante o exercício de 2011 a Companhia tomou diversas medidas internas de reajuste de quadros, revisão de metas e divulgação de produtos que causaram um impacto negativo nas margens operacionais. Após esses ajustes, e com a constante melhora da posição brasileira na economia mundial, a Companhia acredita que há perspectiva de crescimento para 2012 e não há fatos para acreditarmos que tal situação se altere de forma significativa em um curto espaço de tempo, exceto pela forte influência de aspectos macroeconômicos extraordinários ainda não conhecidos.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

i. hipóteses de resgate

Não aplicável à Companhia.

ii fórmula de cálculo do valor de resgate

Não aplicável à Companhia.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Administração da Companhia, através do planejamento e controle constante dos seus ativos e passivos financeiros acredita não haver sinalização negativa em relação à capacidade de pagamento dos seus compromissos financeiros. As dívidas da Companhia são, em sua maioria representadas por financiamentos junto ao BNDES, com características de longo prazo e taxas de juros de mercado, conforme informações disponíveis, a partir de 08/02/2012 no site da Comissão de Valores Mobiliários e no site oficial da Companhia (www.romi.com). Em 31 dezembro de 2011, a Companhia apresentava disponibilidades no montante total de R\$ 162.813 e dívidas financeiras de R\$ 236.814, resultando em uma dívida líquida no montante de R\$ 74.001.

- d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Atualmente a principal fonte de captação de recursos da Companhia é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

- e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Atualmente a Companhia não tem a intenção de utilizar fontes de financiamento para cobertura de liquidez.

- f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

A Companhia, em 31 de dezembro de 2011 possuía os seguintes níveis de endividamento:

Caixa e equivalentes de caixa	162.813
Financiamentos (parcelas do circulante)	(113.038)
Financiamentos (parcelas do não circulante)	<u>(123.776)</u>
Dívida líquida (valor de caixa e equivalentes de caixa deduzido dos financiamentos)	(74.001)
Patrimônio líquido	677.776
Nível de endividamento financeiro (dívida líquida / patrimônio líquido)	10,92%

- i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes.

Vide Anexo I.

- ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

A Companhia possui uma operação denominada Finame Fabricante, onde os prazos podem ser de até 48 meses, operadas com agentes financeiros.

- iii. grau de subordinação entre as dívidas.

Não há grau de subordinação entre as dívidas da Companhia.

- iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

A Companhia possui alguns *covenants* em relação aos empréstimos captados junto ao BNDES, que estão descritos no Anexo I.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

A Companhia não tem nenhum empréstimo já contratado com recursos ainda não liberados.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Ativo:		
Circulante (a)	950.348	976.708
Não circulante (b)	<u>863.046</u>	<u>884.484</u>
Total do ativo	<u>1.813.394</u>	<u>1.861.192</u>
Passivo:		
Circulante (c)	512.924	450.169
Não circulante (d)	620.726	709.006
Patrimônio líquido	677.776	700.042
Participação dos não controladores	<u>1.968</u>	<u>1.975</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>1.813.394</u>	<u>1.861.192</u>

Receita operacional, líquida dos impostos (e)	631.054	673.529
Lucro bruto (f)	172.612	242.753
Lucro operacional (g)	(11.064)	76.901
Resultado antes dos impostos	<u>(228)</u>	<u>81.148</u>
Lucro líquido do exercício	<u>4.326</u>	<u>68.750</u>

- (a) A variação refere-se ao consumo das disponibilidades durante o exercício de 2011. Aproximadamente 60% da redução das disponibilidades foram consumidos pelo estoque. O restante consumido pelas atividades da companhia, como resultado, principalmente da redução da geração de caixa medido pelo EBTIDA de 2010 para 2011.
- (b) A variação é representada pelas reduções no saldo de contas a receber (aproximadamente R\$ 21 milhões, devido principalmente ao menor volume de vendas no último trimestre de 2011), e do imobilizado (cerca de R\$ 8 milhões), pela depreciação dos equipamentos. Os investimentos em 2011, principalmente pelo ambiente econômico, não foram suficientes para o volume de depreciação do exercício.
- (c) Transferências dos financiamentos que passaram a ser vencíveis no curto prazo, oriundo de contratos com vencimentos em parcela única do BNDES (cerca de R\$ 88 milhões). Adicionalmente foram constatadas reduções nas seguintes contas: Fornecedores (cerca de R\$ 8 milhões, em função da redução das atividades de compra de materiais em 2010), Salários e encargos (cerca de R\$ 10 milhões, devido a provisão para participação nos resultados de 2010 que não se repetiu no ano de 2011) e Dividendos e Juros sobre Capital Próprio (cerca de R\$ 9 milhões – em função da não proposição de dividendos para o último trimestre de 2011).

- (d) Transferência para o curto prazo dos financiamentos do BNDES vencíveis em parcela única em 2012;
- (e) A receita operacional líquida apresentou uma redução de 6% em relação ao ano passado. A redução da receita ocorreu nas unidades de máquinas-ferramenta e máquinas para plástico, pela política agressiva de descontos adotada pela companhia para fazer frente à concorrência dos produtos importados e manter o mesmo volume de entrada de pedidos, assim como o menor volume de vendas quando comparado ao ano de 2010, principalmente na unidade de máquinas para plástico. Já na unidade de fundidos e usinados a companhia apresentou um crescimento da receita, principalmente pelo incremento no volume vendido quando comparado com 2010.
- (f) A margem bruta em 2011 foi de 27,4%, inferior a de 2010 em 8.6 p.p., reflexo dos ajustes operacionais efetuados pela companhia frente às dificuldades enfrentadas em 2011.
- (g) A Companhia apresentou resultado operacional negativo e os principais motivos foram: retração das vendas no exercício, intensificação dos descontos para manter a competitividade, os aumentos da massa salarial e das verbas rescisórias para adequação da mão de obra ao programa de produção .

10.2 - Os diretores devem comentar

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita operacional da Companhia é composta pela venda de: máquinas ferramenta, máquinas para plásticos, peças de reposição, reforma de máquinas, peças fundidas e/ou usinadas e prestação de serviços de assistência técnica e outros.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Política agressiva de descontos para fazer frente a competição do produto importado (principalmente chinês) e ajustes operacionais realizados pela Companhia em 2011, para adequação a revisão ao programa de produção estimado inicialmente para o ano em curso.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

No comparativo dos 12 meses dos anos de 2010 e 2011, houve crescimento de receita na unidade de Fundidos e Usinados (informações disponíveis no “press release”, disponível no site da companhia em 07/12/2012), entretanto houve queda no faturamento, tanto da unidade de Máquinas-Ferramentas, quanto no de Máquinas para Plásticos. No caso de Máquinas-Ferramenta, ao longo do ano a Companhia intensificou sua política de descontos com o objetivo de manter o volume de sua atividade operacional. Já no caso de Máquinas para Plástico, a Companhia vem

sofrendo a concorrência de produtos importados, principalmente vindos da China, e por isso, também nesta unidade, intensificou sua política de descontos.

- c. [impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor](#)

Segundo os nossos critérios de análise dos impactos relacionados aos aspectos mencionados, tais fatores não alteraram significativamente o resultado operacional da Companhia no exercício de 2011.

10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

- a. [introdução ou alienação de segmento operacional](#)

Não houve alienação ou introdução de segmento operacional relevante durante o exercício de 2011.

- b. [constituição, aquisição ou alienação de participação societária](#)

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária durante o exercício de 2011. Em meados de 2012 a companhia divulgou um fato relevante (documento na íntegra pode ser lido no site oficial da Companhia, www.romi.com, na seção de “Investidores”) referente à aquisição, através da subsidiária integral Romi Europa GmbH (“Romi Europa”), da totalidade das ações representativas do capital social da Burkhardt + Weber Fertigungssysteme GmbH (“B+W”).

- c. [eventos ou operações não usuais](#)

Não houve nenhum evento ou operação não usual que merecesse destaque.

10.4 Os diretores devem comentar

- a. [mudanças significativas nas práticas contábeis](#)

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis em 2011.

- b. [efeitos significativos das alterações em práticas contábeis](#)

Não aplicável.

- c. [Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor](#)

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, não há ressalvas.

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre

questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Abaixo apresentamos as práticas contábeis que, na avaliação da Administração, são as mais relevantes na confecção e apresentação das demonstrações financeiras da Companhia:

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais práticas contábeis aplicadas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 são as seguintes:

1) Conversão de saldos em moeda estrangeira

O critério para conversão dos saldos ativos e passivos das operações em moeda estrangeira, exceto investimentos, consiste na conversão para moeda nacional (R\$) à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

a. Moeda funcional das controladas

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora e de suas controladas localizadas no Brasil.

A moeda funcional das controladas no exterior é determinada com base no ambiente econômico principal em que elas operam, sendo que quando a moeda for diferente da moeda funcional de apresentação das demonstrações financeiras, essas são convertidas para o Real (R\$) na data do fechamento.

- **Transações e saldos**

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor nas datas dos balanços. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

- Conversão das demonstrações financeiras das controladas no exterior

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido na rubrica de “Outros resultados abrangentes”.

2) Ativos financeiros

- a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original de 90 dias ou menos e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data-base do balanço.

- b) Empréstimos e recebíveis

A Companhia considera as seguintes classes de ativos financeiros como parte da categoria de empréstimos e recebíveis: caixa e equivalentes de caixa, duplicatas a receber, valores a receber - Repasse FINAME Fabricante e outros recebíveis. Empréstimos e recebíveis não possuem pagamentos fixos ou determináveis e não são cotados em um mercado ativo, sendo mensurados pelo custo amortizado. A provisão para riscos de crédito foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

- c) Avaliação da recuperabilidade de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (*impairment*). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

3) Estoques

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização (valor estimado de venda no curso normal dos negócios, menos as despesas estimadas para realizar a venda) e o custo médio de produção ou preço médio de aquisição. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. A Companhia custeia seus estoques por absorção, utilizando a média móvel ponderada para estes.

4) Imobilizado

É avaliado ao custo deduzido da respectiva depreciação, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados incorridos durante a fase de construção das novas unidades. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil econômica estimada dos bens. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores puderem ser mensurados de forma confiável.

O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado do exercício quando incorridos.

O valor residual e a vida útil econômica estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento de cada exercício.

O valor residual dos itens do imobilizado são baixados imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o respectivo valor recuperável.

5) Investimentos em empresas controladas

a) Controladora:

Os investimentos em empresas controladas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial desde a data que o controle é adquirido. De acordo com este método, as participações financeiras nas controladas são reconhecidas nas demonstrações financeiras ao custo de aquisição, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação da Companhia nos resultados líquidos tendo como contrapartida uma conta de resultado operacional, com exceção das variações cambiais destas empresas, as quais são registradas em conta específica do patrimônio líquido, denominada "Ajustes de Avaliação Patrimonial". Estes efeitos serão reconhecidos em receitas e despesas quando da venda ou baixa do investimento.

Após reduzir a zero o saldo contábil da participação do investidor, perdas adicionais são consideradas, e um passivo (provisão para passivo a descoberto) é reconhecido somente na extensão em que o investidor tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) de fazer pagamentos por conta da controlada.

Do valor pago na aquisição, o montante que excede o valor justo do patrimônio líquido da adquirida na data da transação é tratado contabilmente como ágio por rentabilidade futura. Adicionalmente, os saldos dos investimentos poderão ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento (nota explicativa nº 2.8).

Os dividendos recebidos de controladas são registrados como uma redução do valor dos investimentos.

b) Consolidado:

A Companhia consolidou integralmente as demonstrações financeiras da Companhia e de todas as empresas controladas. Considera-se existir controle quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto

em Assembléia Geral ou tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, a fim de obter benefícios de suas atividades.

A participação de terceiros no patrimônio líquido e no lucro líquido das controladas é apresentada separadamente no balanço patrimonial consolidado e na demonstração consolidada do resultado, respectivamente, na conta de "Participação dos acionistas não-controladores".

Para as aquisições de empresas realizadas a partir de 1º de janeiro de 2006, data da transição para o IFRS pela Companhia, os ativos, passivos e passivos contingentes de uma subsidiária são mensurados pelo respectivo valor justo na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio e classificado como "Intangível". Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registrada como ganho na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre a aquisição.

As transações e saldos entre e com as controladas foram eliminados no processo de consolidação e eventuais ganhos e perdas decorrentes destas transações são igualmente eliminadas. Sempre que necessário, são efetuados ajustes às demonstrações financeiras das empresas controladas tendo em vista a uniformização das respectivas práticas contábeis de acordo com o IFRS e as práticas contábeis aplicadas pela Companhia.

6) Intangível

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são compostos principalmente por compra de cessão de direitos sobre projetos de máquinas, os quais possuem vida útil definida, e são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita o benefício econômico do ativo intangível. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável.

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são registrados pelo valor justo, deduzido da amortização acumulada e de perdas pela não recuperabilidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis que têm vida útil definida são amortizados ao longo de suas vidas úteis usando um método de amortização que reflete o benefício econômico do ativo intangível.

Os ativos intangíveis são revisados anualmente para efeitos de avaliação por perdas pela não recuperabilidade, ou se os acontecimentos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

A Companhia revisa o período de amortização e o método de amortização para seus ativos intangíveis com vida útil definida ao final de cada exercício.

7) Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos e reversão de eventual provisão constituída

Na data de cada demonstração financeira, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor em uso. O valor em uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil.

Independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, saldos de ágio originados da combinação de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano em dezembro. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (impairment) e a eventual redução no valor recuperável dos ativos é registrada no resultado do exercício.

Exceto com relação à redução no valor do ágio, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão nestas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada.

8) Passivos financeiros e instrumentos patrimoniais

a) Classificação como dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

b) Empréstimos e financiamentos

Empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo custo amortizado. Adicionalmente são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

c) Instrumentos de patrimônio

Um instrumento patrimonial é baseado em um contrato que demonstre a participação nos ativos de uma entidade após serem deduzidos todos os seus passivos.

9) Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos decorrentes de operações de curto prazo, quando relevante, foram ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações do mercado. A taxa de desconto utilizada foi de aproximadamente 10,9% ao ano (10,5% em 31 de dezembro de 2010), a qual tem como fundamento e premissa a taxa média publicada pela Associação Nacional dos Bancos de Investimento e Distribuidoras - "ANBID". A mensuração do ajuste a valor

presente foi realizada em base exponencial “ pro rata die ”, a partir da origem de cada transação.

As reversões dos ajustes dos ativos e passivos monetários foram contabilizadas como receitas ou despesas financeiras

10) Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras nos países onde as subsidiárias da Companhia operam e geram resultado tributável. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos com vigência na data base das demonstrações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos, em sua totalidade, sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados, bem como são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de encerramento de exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A despesa ou receita com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia somente reconhece uma provisão sobre assuntos fiscais se um evento passado originar uma obrigação presente. A Companhia determina se uma obrigação presente existir no final do exercício tomando em consideração todas as evidências disponíveis, incluindo, por exemplo, a opinião de assessores jurídicos. A Companhia também leva em consideração se é provável que existirá uma saída de ativos e se uma estimativa confiável pode ser feita.

11) Benefícios a empregados

A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão e de aposentadoria, assistência médica, odontológica e participação nos lucros. A descrição dos principais planos de benefícios concedidos aos empregados da Companhia encontra-se descrita na nota explicativa nº 16.

O plano de aposentadoria pós-emprego caracteriza-se na modalidade de plano de contribuição definida, sobre o qual a Companhia não tem nenhuma obrigação legal caso o plano não possua ativos suficientes para o pagamento dos benefícios obtidos pelos funcionários como resultado de serviços passados prestados.

As contribuições ao plano de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidas como despesa quando efetivamente incorridas, ou seja, no momento da prestação de serviços dos empregados à Companhia.

12) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos (passivos).

13) Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio foram tratados como distribuição de dividendos para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras. O valor dos juros sobre o capital foi calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Companhia, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal, limitado a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo de lucros retidos antes de incluir o lucro líquido do próprio exercício, o que for maior. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, foi considerado como dedutível para fins de imposto de renda, o imposto de renda retido na fonte calculado à alíquota de 15%, devido na época do pagamento ou do registro do respectivo valor da remuneração.

14) Reconhecimento de receita de vendas de produtos

A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas, e os descontos sobre vendas quando conhecidos. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável, a Companhia não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada à propriedade desta, os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito a transação podem ser mensurados de maneira confiável, é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia e

os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador. Os fretes sobre vendas são registrados como despesas de venda.

15) Provisões

As provisões são reconhecidas quando um evento passado gerou uma obrigação presente (legal ou implícita), existe a probabilidade de uma saída de recursos e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança.

O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação na data de encerramento das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e incertezas relacionados à obrigação. Quando a provisão é mensurada usando o fluxo de caixa estimado para liquidar a obrigação presente, o seu valor é determinado através do valor presente desses fluxos de caixa.

Quando o benefício econômico requerido para liquidar uma provisão é esperado ser recebido de terceiros, esse valor a receber é registrado como um ativo quando o reembolso é virtualmente certo e o montante possa ser estimado com segurança.

Garantias

A provisão para custos com garantia é reconhecida na data da venda dos produtos, com base na melhor estimativa da Administração sobre os custos a serem incorridos para a prestação dos serviços de garantia dos produtos.

16) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas na elaboração das demonstrações financeiras

O processo de elaboração das demonstrações financeiras envolve a utilização de estimativas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- a) Vida útil de ativos de longa duração;
- b) Teste de redução do valor recuperável de ativos de vida longa;
- c) Realização e obsolescência dos estoques;
- d) Análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- e) Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros;
- f) Imposto de renda diferido ativo sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, assim como da análise dos demais riscos para determinação

de outras provisões, inclusive para contingências advindas de processos administrativos e judiciais e demais ativos e passivos na data do balanço;

- g) Valorização de ativos adquiridos e passivos assumidos em combinações de negócios;

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Essas estimativas e premissas são revisadas periodicamente.

17) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. A primeira parte da DVA apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

É entendimento da Administração que a Companhia possui um ambiente de controles internos suficientemente confiável para que as demonstrações financeiras estejam livres de erros materiais. Os controles internos são efetuados, em sua maioria, de forma sistêmica, através do sistema de informações integrado (ERP) Oracle.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

A preparação das recomendações está em fase de finalização e assim que tivermos a compilação das informações atualizaremos o formulário de referência, caso haja algum assunto que mereça destaque.

10.7 Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não houve nenhuma captação de recursos através de oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos períodos 2008, 2009, 2010 e 2011.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

10.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
- iv. contratos de construção não terminada
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia, em 31 de dezembro de 2011, não possui ativos e/ou passivos que não aparecem em suas demonstrações financeiras ou que não estejam divulgados nas notas explicativas, que são parte integrante das demonstrações financeiras.

10.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável.

- b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.

10.10 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

- a. investimentos, incluindo:

- i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em 2012, a Companhia pretende destinar seus investimentos à manutenção do parque fabril.

- ii. fontes de financiamento dos investimentos

A Administração pretende realizar os investimentos previstos para o ano de 2011 através de capital próprio ou através de financiamentos oferecido pelo BNDES.

- iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes em andamento e/ou previstos.

- b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Anualmente a Companhia desenvolve e lança novos produtos que possuem participação relevante em suas receitas. Porém, as pesquisas em andamento representam informações confidenciais não divulgadas antes do efetivo lançamento do produto.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Historicamente a Companhia investe aproximadamente 4% da sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Os projetos somente são divulgados no lançamento dos produtos, portanto, não há projetos em desenvolvimento já divulgados.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2011 o total investido em pesquisa e desenvolvimento foi de R\$ 26.085 (R\$ 24.838 em 2010).

10.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não aplicável.

C.4) Parecer dos auditores independentes

Conforme informações disponíveis, a partir de 07/02/2012 no site da Comissão de Valores Mobiliários e no site oficial da Companhia (www.romi.com).

C.5) Parecer do conselho fiscal, inclusive votos dissidentes, se houver.

Vide Anexo II.

C.6) Formulário de demonstrações financeiras padronizadas - DFP;

Conforme informações disponíveis, a partir de 07/02/2012 no site da Comissão de Valores Mobiliários e no site oficial da Companhia (www.romi.com).

C.7) Proposta de destinação do lucro líquido do exercício que contenha, no mínimo, as informações indicadas no Anexo 9-1-II à presente Instrução

C.7.1) Informar o lucro líquido

Lucro líquido do exercício para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foi de R\$ 4.326.

C.7.2) Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre o capital próprio já declarados

O montante global de juros sobre o capital próprio, atribuídos aos dividendos foi de R\$ 24.616 (R\$ 0,33 – cinquenta centavos de Real por ação).

O montante acima mencionado foi distribuído da reserva de lucros, constituída com lucros auferidos em exercícios anteriores.

C.7.3) Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

O estatuto social prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei societária. Em 31 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração aprovou que os juros sobre capital próprio fossem imputados aos dividendos mínimos obrigatórios, superando assim o percentual definido no estatuto social.

C.7.4) Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

O montante global de juros sobre o capital próprio atribuídos aos dividendos, distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores foi de R\$ 24.616 e o valor por ação calculado é de R\$ 0,33 (trinta e três centavos de Real por ação).

C.7.5) Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre o capital próprio já declarados:

- a) o valor bruto de dividendo e juros sobre o capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Não haverá proposta adicional por parte da administração de dividendos ou juros sobre o capital próprio adicionais àqueles já declarados e descritos no item C.7.2.

- b) a forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre o capital próprio

Não haverá proposta adicional por parte da administração de dividendos ou juros sobre o capital próprio adicionais àqueles já declarados e descritos no item C.7.2.

- c) eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre o capital próprio

Não haverá proposta adicional por parte da administração de dividendos ou juros sobre o capital próprio adicionais àqueles já declarados e descritos no item C.7.2

- d) data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não haverá proposta adicional por parte da administração de dividendos ou juros sobre o capital próprio adicionais àqueles já declarados e descritos no item C.7.2.

C.7.6) Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre o capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

- a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não aplicável

- b) informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável

C.7.7) Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

- a) lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Vide Anexo III.

- b) dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Vide Anexo III.

C.7.8) Havendo destinação de lucros à reserva legal

- a) identificar o montante destinado à reserva legal

O montante destinado à reserva legal referente ao lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$ 178, calculado em conformidade com o Art. 193 da Lei 6.404/76.

- b) detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Abaixo apresentamos os detalhes da forma de cálculo da reserva legal:

Lucro líquido do exercício	3.568	
Percentual da reserva legal	<u>5%</u>	Conforme Art. 193 da Lei 6.404/76
	<u>178</u>	

C.7.9) Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a) descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável

b) informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável

c) identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável

d) identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável

e) identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável

C.7.10) Em relação ao dividendo obrigatório

a) descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

A Companhia, segundo o Artigo 40 do seu Estatuto Social dispõe o seguinte:

(...)

“ Art. 40 – Ao lucro líquido apurado após as deduções previstas nos artigos 38 e 39, será dado por proposta do Conselho de Administração, a seguinte destinação:

a) 5% (cinco por cento) para constituição da Reserva Legal até que esse fundo atinja 20% (vinte por cento) do capital social;

b) *dividendos às ações componentes do capital social não inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido verificado no exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76. (grifo nosso)*

(...)

b)) informar se ele está sendo pago integralmente

Os dividendos mínimos vêm sendo pagos integralmente.

c) informar o montante eventualmente retido

Não aplicável

C.7.11) Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a) informar o montante da retenção

Não aplicável

b) descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável

c) justificar a retenção de dividendos

Não aplicável

C.7.12) Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a) identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável

b) identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável

c) explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável

d) justificar a constituição da reserva

Não aplicável

C.7.13) Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a) informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não aplicável

b) informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável

C.7.14) Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

Não aplicável

a) descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Não aplicável

b) identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável

c) descrever como o montante foi calculado

Não aplicável

C.7.15) Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a) identificar o montante da retenção

O montante retido do lucro líquido do exercício no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$ 3.390.

b) fornecer cópia do orçamento de capital

Vide Anexo IV.

C.7.16) Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a) informar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

b) explicar a natureza da destinação

Não aplicável.

C.8) Parecer do comitê de auditoria, se houver.

Não aplicável.

C.9) Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência, relativamente aos candidatos indicados ou apoiados pela administração ou pelos acionistas controladores.

✓ **ELEIÇÃO MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL:**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

AMÉRICO EMÍLIO ROMI NETO

a. Nome: Américo Emílio Romi Neto

b. Idade: 56 anos

c. Profissão: Engenheiro

d. CPF: 016.334.888-02

e. Cargo eletivo ocupado: Presidente do Conselho de Administração

f. Data de eleição: 15/03/2011

g. Data da posse: 15/03/2011

h. Prazo do mandato: até a AGO de 2012

i. Outros cargos ou funções exercidos no emissor: Presidente do Conselho de Administração da subsidiária Rominor – Comércio, Empreendimentos e Participações S.A.

j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim

✓ **Dados dos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:**
não aplicável

a. Currículo, contendo as seguintes informações:

i. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

• **Nome da empresa:** Indústrias Romi S.A.

• **Cargo e funções inerentes ao cargo:** Presidente do Conselho de Administração. **Funções:** Convocar, por deliberação do Conselho de Administração, as Assembleias Gerais e presidi-las; Convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração.

- **Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor:**

Fabricação de máquinas-ferramenta, peças e acessórios.

- ii. **Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas:**

- ✓ **Indústrias Romi S.A.:** Em 1989, foi eleito Diretor. Em 1995, passou a ocupar o posto de Diretor Vice-Presidente. De 1997 a 2007 atuou como Diretor-Presidente da Companhia. Em 1987, foi eleito pela primeira vez membro do Conselho de Administração. Em 1997, passou a Vice-Presidente e em 2003, a Presidente do Conselho de Administração.

- b. **Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:**

- i. **Qualquer condenação criminal:** nenhuma

- ii. **Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas:** nenhuma

- iii. **Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:** nenhuma

- ✓ **Relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:**

- a. **administradores do emissor:** pertence à mesma família dos seguintes administradores: membro do Conselho Consultivo Romeu Romi; membros do Conselho de Administração: Carlos Guimarães Chiti, Paulo Romi e Mônica Romi Zanatta; Membro da Diretoria: José Carlos Romi.

- b. **(i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor:** pertence à mesma família dos seguintes administradores de ROMINOR – Comércio, Empreendimentos e Participações S.A., controlada de Indústrias Romi S.A.: membros do Conselho de Administração: Adriana Romi e Eugênio Guimarães Chiti; Membro da Diretoria: José Carlos Romi.

- c. **(i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor:** não aplicável

- d. **(i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor:** pertence à mesma família dos seguintes administradores de Fênix Empreendimentos S.A., controladora de Indústrias Romi S.A.: membros do Conselho de Administração: Romeu Romi, Suzana Guimarães Chiti, Juliana Guimarães Chiti, Eugênio Guimarães Chiti, Ana Regina Romi Zanatta, André Luís Romi, Maria Pia Romi Campos, Adriana Romi, Paulo Romi, Cláudia Mirian Romi e Fernando Romi Zanatta; Membros da Diretoria: Patricia Romi Cervone, Carlos Guimarães Chiti, José Carlos Romi e Daniel Romi Furlan.

✓ **Informações sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:**

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor: não aplicável

b. controlador direto ou indireto do emissor: Membro do Conselho de Administração da acionista Fênix Empreendimentos S.A.

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não aplicável

CARLOS GUIMARÃES CHITI

a. Nome: Carlos Guimarães Chiti

b. Idade: 49 anos

c. Profissão: Industrial

d. CPF: 048.669.548-41

e. Cargo eletivo ocupado: Vice-Presidente do Conselho de Administração

f. Data de eleição: 15/03/2011

g. Data da posse: 15/03/2011

h. Prazo do mandato: até a AGO de 2012

i. Outros cargos ou funções exercidos no emissor: não aplicável

j. Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim

✓ **Dados dos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:** não aplicável

a. currículo, contendo as seguintes informações:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- **nome da empresa:** Indústrias Romi S.A.

- cargo e funções inerentes ao cargo: Vice-Presidente do Conselho de Administração. Funções: Gerente do Departamento de Gestão de Risco até janeiro de 2012.

- **atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios**

com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor:

Fabricação de máquinas-ferramenta, peças e acessórios.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas:

Indústrias Romi S.A.: Atua na Companhia desde 1993, tendo sido responsável pela área de importação e suprimentos, pela gerência financeira e hoje é até janeiro de 2012, responsável pelo Departamento de Gestão de Risco. Em 1987, foi eleito pela primeira vez membro do Conselho de Administração. Desde 2003, Vice-Presidente do Conselho de Administração.

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal: nenhuma

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: nenhuma

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nenhuma

✓ **Relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:**

a. administradores do emissor: pertence à mesma família dos seguintes administradores: membro do Conselho Consultivo Romeu Romi; membros do Conselho de Administração: Américo Emílio Romi Neto, Paulo Romi e Mônica Romi Zanatta; Membro da Diretoria: José Carlos Romi.

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: pertence à mesma família dos seguintes administradores de ROMINOR – Comércio, Empreendimentos e Participações S.A., controlada de Indústrias Romi S.A.: membros do Conselho de Administração: Américo Emílio Romi Neto, Adriana Romi e Eugênio Guimarães Chiti; Membro da Diretoria: José Carlos Romi.

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor: não aplicável

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: pertence à mesma família dos seguintes administradores de Fênix Empreendimentos S.A., controladora de Indústrias Romi S.A.: membros do Conselho de Administração: Romeu Romi, Suzana Guimarães Chiti, Américo Emílio Romi Neto, Juliana Guimarães Chiti, Eugênio Guimarães Chiti, Ana Regina Romi Zanatta, André Luís Romi, Maria Pia Romi Campos, Adriana Romi, Paulo Romi, Cláudia Mirian Romi e Fernando Romi Zanatta; Membros da Diretoria: Patrícia Romi Cervone, José Carlos Romi e Daniel Romi Furlan.

. Informações sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor: não aplicável

b. controlador direto ou indireto do emissor: Membro da Diretoria da acionista Fênix Empreendimentos S.A.

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não aplicável

PAULO ROMI

a. Nome: Paulo Romi

b. Idade: 48 anos

c. Profissão: Engenheiro

d. CPF: 082.401.568-19

e. Cargo eletivo ocupado: Membro do Conselho de Administração

f. Data de eleição: 15/03/2011

g. Data da posse: 15/03/2011

h. Prazo do mandato: até a AGO de 2012

i. Outros cargos ou funções exercidos no emissor: Não aplicável

j. Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim

- ✓ **Informações em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:** não aplicável

a. currículo, contendo as seguintes informações:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- **nome da empresa:** Indústrias Romi S.A.

- **cargo e funções inerentes ao cargo:** Membro do Conselho de Administração. **Funções:** Atua da Companhia, desde 1988, onde ocupou diversos cargos, sendo eleito pela primeira vez Diretor em 2000 e até março/2009 foi responsável pela unidade de negócios fundidos e usinados.

- **atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor:** Fabricação de máquinas-ferramenta, peças e acessórios.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas:

- ✓ **Indústrias Romi S.A.:** De abril/2000 a março/2009 ocupou o cargo de Diretor. A partir de março/2009, membro do Conselho de Administração da Companhia.

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal: nenhuma

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: nenhuma

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nenhuma

- ✓ **Relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:**

a. administradores do emissor: pertence à mesma família dos seguintes administradores: membro do Conselho Consultivo Romeu Romi; membros do Conselho de Administração: Américo Emílio Romi Neto, Carlos Guimarães Chiti e Mônica Romi Zanatta; Membro da Diretoria: José Carlos Romi.

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: pertence à mesma família dos seguintes administradores de ROMINOR – Comércio, Empreendimentos e Participações S.A., controlada de Indústrias Romi S.A.: membros do Conselho de Administração: Américo Emílio Romi Neto, Adriana Romi e Eugênio Guimarães Chiti; Membro da Diretoria: José Carlos Romi.

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor: não aplicável

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: pertence à mesma família dos seguintes administradores de Fênix Empreendimentos S.A., controladora de Indústrias Romi S.A.: membros do Conselho de Administração: Romeu Romi, Suzana Guimarães Chiti, Américo Emílio Romi Neto, Juliana Guimarães Chiti, Eugênio Guimarães Chiti, Cláudia Mirian Romi, Ana Regina Romi Zanatta, André Luís Romi, Maria Pia Romi Campos; Membros da Diretoria: Patricia Romi Cervone, Carlos Guimarães Chiti, José Carlos Romi e Daniel Romi Furlan.

- ✓ **Informações sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:**

e. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor: não aplicável

f. controlador direto ou indireto do emissor: Membro do Conselho de Administração da acionista Fênix Empreendimentos S.A.

j. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não aplicável

h. indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim

ADRIANA ROMI

- a) **Nome:** Adriana Romi
- b) **Idade:** 43 anos
- c) **Profissão:** advogada
- d) **CPF:** 067.631.108-39
- e) **Cargo eletivo indicado:** Membro do Conselho de Administração
- f) **Data da Assembleia:** 13/03/2012
- g) **Data da posse:** -----
- h) **Prazo do mandato:** até a AGO de 2013
- i) **Outros cargos ou funções exercidos no emissor:** Membro do Conselho de Administração da subsidiária Rominor – Comércio, Empreendimentos e Participações S.A.
- j) **Indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** sim

✓ **Dados dos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:** não aplicável

a. Currículo, contendo as seguintes informações:

iii. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- **Nome da empresa:** Indústrias Romi S.A.
- **Cargo e funções inerentes ao cargo:** Gerente do Departamento Jurídico-Societário, até novembro/2009. **Funções: (i)** Assessorar os órgãos da administração em assuntos relacionados com a área jurídica-societária da empresa e das subsidiárias localizados no país e no exterior; **(ii)** Participação em projetos de M&A.
- **Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios**

com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor:

Fabricação de máquinas-ferramenta, peças e acessórios.

a. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas:

✓ **Indústrias Romi S.A.:** Desde setembro de 1997 a novembro de 2009 foi advogada de Indústrias Romi S.A.

c. Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. Qualquer condenação criminal: nenhuma

ii. Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: nenhuma

iii. Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nenhuma

✓ **Relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:**

a. administradores do emissor: pertence à mesma família dos seguintes administradores: membro do Conselho Consultivo Romeu Romi; membros do Conselho de Administração: Américo Emílio Romi Neto, Carlos Guimarães Chiti, Paulo Romi e Mônica Romi Zanatta. Membro da Diretoria: José Carlos Romi.

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: pertence à mesma família dos seguintes administradores de ROMINOR – Comércio, Empreendimentos e Participações S.A., controlada de Indústrias Romi S.A.: membros do Conselho de Administração: Américo Emílio Romi Neto e Eugênio Guimarães Chiti; Membro da Diretoria: José Carlos Romi.

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor: não aplicável

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: pertence à mesma família dos seguintes administradores de Fênix Empreendimentos S.A., controladora de Indústrias Romi S.A.: membros do Conselho de Administração: Romeu Romi, Suzana Guimarães Chiti, Juliana Guimarães Chiti, Eugênio Guimarães Chiti, Ana Regina Romi Zanatta, André Luís Romi, Maria Pia Romi Campos, Paulo Romi, Cláudia Mirian Romi e Fernando Romi Zanatta; Membros da Diretoria: Patricia Romi Cervone, Carlos Guimarães Chiti, José Carlos Romi e Daniel Romi Furlan

✓ **Informações sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:**

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor: não aplicável

b. controlador direto ou indireto do emissor: Membro do Conselho de Administração da acionista Fênix Empreendimentos S.A.

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não aplicável

PAOLO GUGLIELMO BELLOTTI

a. Nome: Paolo Guglielmo Bellotti

b. Idade: 74 anos

c. Profissão: Engenheiro

d. CPF: 416.654.578-72

e. Cargo eletivo ocupado: Membro do Conselho de Administração

f. Data de eleição: 15/03/2011

g. Data da posse: 15/03/2011

h. Prazo do mandato: até a AGO de 2012

i. Outros cargos ou funções exercidos no emissor: Não aplicável

j. Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim

- ✓ **Informações em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:** não aplicável

a) currículo, contendo as seguintes informações:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- **nome da empresa:** (i) Indústrias Romi S.A. e (ii) S&V – Consultores Associados S/C Ltda.
- **cargo e funções inerentes ao cargo:** (i) Membro do Conselho de Administração, e (ii) sócio de empresa do ramo de consultoria.

- **atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor:**

(i) Fabricação de máquinas-ferramenta, peças e acessórios. (ii) Consultoria.

- ii. **indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas:**

✓ **Indústrias Romi S.A.:** Desde 2006, membro do Conselho de Administração da Companhia.

- b. **descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:**

i. **qualquer condenação criminal:** nenhuma

ii. **qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas:** nenhuma

iii. **qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:** nenhuma

✓ **Relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:**

a. **administradores do emissor:** não aplicável

b. **(i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor:** não aplicável

c. **(i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor:** não aplicável

d. **(i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor:** não aplicável

✓ **Informações sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:**

a. **sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor:** não aplicável

b. **controlador direto ou indireto do emissor:** não aplicável

c. **caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:** não aplicável

PEDRO MADER MELONI

- a. **Nome:** Pedro Mader Meloni
- b. **Idade:** 61 anos
- c. **Profissão:** Economista
- d. **CPF:** 555.229.208-15
- e. **Cargo eletivo ocupado:** Membro do Conselho de Administração
- f. **Data de eleição:** 15/03/2011
- g. **Data da posse:** 15/03/2011
- h. **Prazo do mandato:** até a AGO de 2012
- i. **Outros cargos ou funções exercidos no emissor:** Não aplicável
- j. **Indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** Sim

✓ **Informações em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:** não aplicável

b. currículo, contendo as seguintes informações:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- **nome da empresa:** (i) Indústrias Romi S.A., (ii) IFC – International Finance Corporation
- **cargo e funções inerentes ao cargo:** (i) Membro do Conselho de Administração. (ii) Principal *Advisor* do IFC para América Latina e Caribe
- **atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor:**

(i) Fabricação de máquinas-ferramenta, peças e acessórios. (ii) Instituição Financeira.

ii. **indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas:**

✓ **Indústrias Romi S.A.:** Desde 2009, membro do Conselho de Administração da Companhia.

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal: nenhuma

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: nenhuma

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nenhuma

✓ **Relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:**

a. administradores do emissor: não aplicável

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: não aplicável

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor: não aplicável

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não aplicável

✓ **Informações sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:**

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor: não aplicável

b. controlador direto ou indireto do emissor: não aplicável

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não aplicável

ANTONIO CANDIDO DE AZEVEDO SODRÉ FILHO

a. **Nome:** Antonio Cândido de Azevedo Sodré Filho

b. **Idade:** 73 anos

c. **Profissão:** Advogado

d. **CPF ou número do passaporte:** 011.095.968-04

e. **Cargo eletivo ocupado:** Membro Conselho Administração

f. **Data de eleição:** 13/03/2012

g. **Data da posse:** -----

h. **Prazo do mandato:** até a AGO de 2013

i. **Outros cargos ou funções exercidos no emissor:** não aplicável

j. **Indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** Sim

✓ **Informações em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:** não aplicável

a. **currículo, contendo as seguintes informações:**

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- **nome da empresa:** assessoria jurídica a diversas empresas
- **cargo e funções inerentes ao cargo:** assessoria jurídica
- **atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor:**

Especialista em fusões e aquisições foi responsável pela estratégia que fez do escritório um dos mais ativos no país no âmbito do Programa Brasileiro de Desestatização. Nesta condição, foi coordenador geral de importantes privatizações, principalmente no setor elétrico, incluindo-se companhias como **COELBA** Companhia de Eletricidade da Bahia; **CEEE** – Companhia Estadual de Energia Elétrica (RS); **ENERSUL** (MS); **COSERN** (RN), **COELCE** (CE), **CELPE** (PE) e **CELPA** (PA). Participou ativamente da desestatização do Setor de Telecomunicações, avaliando e assessorando na modelagem e na venda de empresas como a Companhia Riograndense de Telecomunicações - **CRT** e as integrantes do Sistema **TELEBRÁS**, todas estas vendidas em processos licitatórios vitoriosos. Atuou em outras privatizações com

grande sucesso, tais como: **POLIPROPILENO S.A.**, **INDAG**, **ARAFÉRTIL**, Rede Ferroviária Federal S.A. – **RFFSA**; **FEPASA**, **CETERP**, **EBE** Empresa Bandeirante de Energia, **TIETÊ** e **GERASUL**; as três últimas assessorando investidores do setor privado. Advoga na área societária, tendo realizado reestruturações societárias em importantes empresas de capital aberto, tais como **Indústrias Romi S.A.** (em 1995) entre outras.

Como sócio principal e coordenador geral da equipe do escritório **AZEVEDO SODRÉ ADVOGADOS**, realizou, entre outras atividades, os serviços de avaliação da situação jurídica das empresas privatizadas ou em processo de desestatização nos aspectos fiscal, trabalhista, previdenciário, comercial e societário, inclusive nos aspectos do contencioso, envolvendo questões de direito administrativo e de licitações e contratos; identificando, também, as implicações advindas da reestruturação e desestatização das empresas privatizadas ou em processo de desestatização, com recomendações e orientação quanto aos problemas identificados; prestou assessoria e consultoria na elaboração de projetos de lei visando à autorização legislativa para a reestruturação e desestatização, assegurando total assessoria ao processo. Elaborou, outrossim, todos os documentos jurídicos necessários (minutas de atas de assembleias gerais, de estatutos, acordos, contrato de concessão, etc.), participando de reuniões e assembleias, inclusive assessorando no trabalho de regularização do patrimônio imobiliário de diversas empresas. Participou, ainda, de negociações com a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, Ministério das Minas e Energia, Ministério das Comunicações, Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, BOVESPA e a Câmara de Liquidação e Custódia – CLC ao longo das últimas duas décadas.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas:

- ✓ **Indústrias Romi S.A.** : De 1998 a 2006 foi Membro do Conselho de Administração. Desde 2006, integra o Conselho Consultivo da Companhia.

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. **qualquer condenação criminal:** nenhuma

ii. **qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas:** nenhuma

iii. **qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:** nenhuma

✓ **Relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:**

a. **administradores do emissor:** não aplicável

b. (i) **administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor:** não aplicável

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor: não aplicável

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não aplicável

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor: não aplicável

b. controlador direto ou indireto do emissor: não aplicável

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não aplicável

NEWTON CARNEIRO DA CUNHA

a. Nome: Newton Carneiro da Cunha

b. Idade: 56 anos

c. Profissão: Administrador de Empresas

d. CPF: 801.393.298-20

e. Cargo eletivo ocupado: Membro do Conselho de Administração

f. Data de eleição: 15/03/2011

g. Data da posse: 15/03/2011

h. Prazo do mandato: até a AGO de 2012

i. Outros cargos ou funções exercidos no emissor: Não aplicável

j. Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Não

✓ Informações em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários: não aplicável

a. currículo, contendo as seguintes informações:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- **nome da empresa:** (i) Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros; (ii) Termobahia S.A.; (iii) Solpart Participações S.A.; (iv) Contax Participações S.A.; (v) INPAR Participações S.A.; (vi) Termobahia S.A.
- **cargo e funções inerentes ao cargo:** (i) Diretor Administrativo; (ii a vi) Membro do Conselho de Administração.
- **atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor:**

(i) a) instituir, administrar e executar planos de benefícios das empresas ou entidades com as quais tiver firmado convênio de adesão; b) prestar serviços de administração e execução de planos de benefícios de natureza previdenciária, e c) promover o bem-estar social dos seus participantes, especialmente no que concerne à previdência. (ii) Fabricação de máquinas-ferramenta, peças e acessórios; (iii) indústria e comércio de alimentos, (iv) exploração comercial e planejamento de Shopping Centers; (vii) Produção de energia elétrica.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas:

- ✓ **Indústrias Romi S.A.:** Desde 15/03/2011, membro do Conselho de Administração.
- ✓ **BRF - Brasil Foods S.A.:** Desde abril/2003, membro do Conselho de Administração.
- ✓ **Iguatemi Empresa de Shopping Center S.A. -** Desde abril/2003, membro do Conselho de Administração.
- ✓ **Estacionamento Cinelândia –** Desde abril/2003, membro do Conselho de Administração.
- ✓ **Lupatech S.A. -** Desde abril/2011, membro do Conselho de Administração.

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal: nenhuma

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: nenhuma

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nenhuma

✓ **Relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:**

a. administradores do emissor: não aplicável

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: não aplicável

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor: não aplicável

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não aplicável

✓ **Informações sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:**

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor: não aplicável

b. controlador direto ou indireto do emissor: não aplicável

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não aplicável

CONSELHO FISCAL – MEMBROS TITULARES

ANTONIO NELSON NAIME

a. Nome: Antonio Nelson Naime

b. Idade: 62 anos

c. Profissão: Contador

d. CPF: 107.545.808-06

e. Cargo eletivo ocupado: Conselheiro Fiscal

f. Data de eleição: 15/03/2011

g. Data da posse: 15/03/2011

h. Prazo do mandato: até a AGO de 2012

i. Outros cargos ou funções exercidos no emissor: não aplicável

j. Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim

- ✓ **Informações em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:** não aplicável

a. currículo, contendo as seguintes informações:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- **nome da empresa:** (i) Grupo Financeiro Indusval, (ii) BKR-Lopes Machado Auditores Indústrias Romi S.A.
- **cargo e funções inerentes ao cargo:** (i) Superintendente Administrativo e Contábil, Membro dos Comitês de Segurança da Informação, Auditoria e Compliance, (ii) Gerente de Auditoria.
- **atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor:**

(i) Banco Comercial, Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, (ii) Empresa de Auditoria Externa

ii. **indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas:**

(i) Manasa Madeireira Nacional S/A.: Entre 1989 e 1994 membro do Conselho de Administração; (ii) Indústrias Romi S.A. Entre 1991 e 1994, Membro Suplente de Conselheiro Fiscal, (iii) Industrias Romi S.A. de 2006 até o presente Conselheiro Fiscal; (iv) Fertilizantes Heringer S/A. de 2009 até o presente Conselheiro Fiscal.

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. **qualquer condenação criminal:** nenhuma

ii. **qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas:** nenhuma

iii. **qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:** nenhuma

- ✓ **Relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:**

a. **administradores do emissor:** não aplicável

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: não aplicável

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor: não aplicável

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não aplicável

✓ **Informações sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:**

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor: não aplicável

b. controlador direto ou indireto do emissor: não aplicável

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não aplicável

ALFREDO FERREIRA MARQUES FILHO

a. Nome: Alfredo Ferreira Marques Filho

b. Idade: 50 anos

c. Profissão: Auditor/Contador

d. CPF: 028.236.498-67

e. Cargo eletivo ocupado: Conselheiro Fiscal

f. Data de eleição: 15/03/2011

g. Data da posse: 15/03/2011

h. Prazo do mandato: até a AGO de 2012

i. Outros cargos ou funções exercidos no emissor: não aplicável

j. Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim

✓ **Informações em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:** não aplicável

a. currículo, contendo as seguintes informações:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- **nome da empresa:** (i) Horwath Tufani, Reis & Soares Auditores Independentes (CVM 4740); (ii) TIM Participações S.A.; (iii) Indústrias ROMI S.A.; (iv) Cia. Providência; (v) MAHLE Metal Leve S.A.; (vi) Dixie Toga S.A.; (vii) Cyrela Commercial Proprieties S.A.;(viii) Banco ABC Brasil S.A.; (ix) Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A.
- **cargo e funções inerentes ao cargo:** (i) Sócio responsável por trabalhos técnicos de auditoria com registro no CNAI n. 596 (CVM, Bacen e SUSEP); (ii) Membro efetivo do Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria; (iii) a (vii) Membro efetivo do Conselho Fiscal; (vii) e (ix) Membro efetivo do Comitê de Auditoria.
- **atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor:**

- (i) Auditoria Independente; (ii) Holding em Telecomunicações; (iii) Indústria Metalúrgica; (iv) Industrialização de não tecidos; (v) Indústria Metalúrgica; (vi) Indústria de embalagens; (vii) Construção civil; (viii) Instituição Financeira – Banco; (ix) Instituição Financeira – Corretora de Valores.
- (ii) **indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas:** Industrias Romi S.A. – Conselheiro Fiscal – desde o exercício social de 2009.

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal: nenhuma

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: nenhuma

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nenhuma

✓ **Relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:**

a. administradores do emissor: não aplicável

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: não aplicável

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor: não aplicável

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não aplicável

✓ **Informações sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:**

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor: não aplicável

b. controlador direto ou indireto do emissor: não aplicável

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não aplicável

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não aplicável

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor: não aplicável

b. controlador direto ou indireto do emissor: não aplicável

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não aplicável

SERGIO DE VASCONCELLOS RODRIGUES

a. Nome: Sergio de Vasconcellos Rodrigues

b. Idade: 50 anos

c. Profissão: Economista

d. CPF: 024.998.328-19

e. cargo eletivo ocupado: Conselheiro Fiscal

f. data de eleição: 15/03/2011

g. data da posse: 15/03/2011

h. prazo do mandato: até a AGO de 2012

i. outros cargos ou funções exercidos no emissor: não aplicável

j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Não

✓ **Informações em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:** não aplicável

b. currículo, contendo as seguintes informações:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- **nome da empresa:** (i) PETROS – Fundação Petrobrás de Seguridade Social; (ii) Indústrias Romi S.A.

cargo e funções inerentes ao cargo: (i) Assessor da Presidência. (ii) Membro do Conselho Fiscal.

- **atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor:**

(i) a) instituir, administrar e executar planos de benefícios das empresas ou entidades com as quais tiver firmado convênio de adesão; b) prestar serviços de administração e execução de planos de benefícios de natureza previdenciária. e c) promover o bem-estar social dos seus participantes, especialmente no que concerne à previdência. **(ii)** Fabricação de máquinas-ferramenta, peças e acessórios.

(iii) indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas: Industrias Romi S.A. – Membro do Conselho Fiscal desde 16/03/2010; TELEMIG Celular Participações S.A. - Membro Suplente do Conselho de Administração, de julho/2007 a abril/2008.

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal: nenhuma

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: nenhuma

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nenhuma

✓ **Relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:**

a. administradores do emissor: não aplicável

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: não aplicável

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor: *não aplicável*

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não aplicável

✓ **Informações sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:**

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor: não aplicável

b. controlador direto ou indireto do emissor: não aplicável

- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não aplicável

CONSELHO FISCAL – MEMBROS SUPLENTE

CLÓVIS AILTON MADEIRA

- a. **Nome:** Clóvis Ailton Madeira
b. **Idade:** 62 anos
c. **Profissão:** Habilitação Profissional como Contador, Administrador de Empresas, Auditor Independente e Professos Universitário
d. **CPF:** 253.599.328-72
e. **Cargo eletivo ocupado:** Conselheiro Fiscal (Suplente)
f. **Data de eleição:** 15/03/2011
g. **Data da posse:** ----
h. **Prazo do mandato:** até a AGO de 2012
i. **Outros cargos ou funções exercidos no emissor:** não aplicável
j. **Indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** Sim
- ✓ **Informações em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:** não aplicável

a. **currículo, contendo as seguintes informações:**

i. **principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:**

- **nome da empresa:** Directa Auditores
- **cargo e funções inerentes ao cargo:** Diretor responsável pela administração de trabalhos em diversos clientes, principalmente de serviços de auditoria.
- **atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor:**

Auditoria independente.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas:

Indústrias Romi S.A. – Membro Suplente do Conselho Fiscal – desde março de 2008
Companhia Industrial Schlösser - Membro Titular do Conselho Fiscal - de 1992 a 2007
Financeira Alfa S.A. - Membro Titular do Conselho Fiscal - 2009/2010
Banco do Brasil S.A. - Membro Titular do Conselho Fiscal - 2010/2011

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal: nenhuma

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: nenhuma

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nenhuma

✓ **Relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:**

a. administradores do emissor: não aplicável

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: não aplicável

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor: não aplicável

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não aplicável

✓ **Informações sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:**

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor: não aplicável

b. controlador direto ou indireto do emissor: não aplicável

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não aplicável

ROBERTO DE CARVALHO BANDIERA

- a. **Nome:** Roberto de Carvalho Bandiera
 - b. **Idade:** 74 anos
 - c. **Profissão:** Advogado
 - d. **CPF:** 014.567.848 - 20
 - e. **Cargo eletivo ocupado:** Conselheiro Fiscal (Suplente)
 - f. **Data de eleição:** 15/03/2011
 - g. **Data da posse:** -----
 - h. **Prazo do mandato:** até a AGO de 2012
 - i. **Outros cargos ou funções exercidos no emissor:** não aplicável
 - j. **Indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** Sim
- ✓ **Informações em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:** não aplicável

a. **currículo, contendo as seguintes informações:**

i. **principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:**

- **nome da empresa:** Bandiera Advogados
- **cargo e funções inerentes ao cargo:** Sócio
- **atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor:**

advocacia empresarial “lactu sensu”

ii. **indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas:**

Indústrias Romi S.A. – Membro Titular do Conselho Fiscal – de março de 2006 a março de 2009.

Indústrias Romi S.A. – Membro Suplente do Conselho Fiscal – desde 24 de março de 2009.

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal: nenhuma

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: nenhuma

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nenhuma

✓ **Relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:**

a. administradores do emissor: não aplicável

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: não aplicável

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor: não aplicável

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não aplicável

✓ **Informações sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:**

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor: não aplicável

b. controlador direto ou indireto do emissor: não aplicável

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não aplicável

PAOLA ROCHA FERREIRA

- a. **Nome:** Paola Rocha Ferreira
- b. **Idade:** 32
- c. **Profissão:** engenheira
- d. **CPF:** 081.786.107-60
- e. **Cargo eletivo indicado:** Membro Suplente do Conselho Fiscal
- f. **Data de Assembleia:** 13/03/2012
- g. **Data da posse:** -----
- h. **Prazo do mandato:** até a AGO de 2013
- i. **Outros cargos ou funções exercidos no emissor:** não aplicável
- j. **Indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** não

- ✓ **Informações em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:** não aplicável

- a. currículo, contendo as seguintes informações:

- ✓ **Informações em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:** não aplicável

- i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa: Fundação Petrobrás de Seguridade Social
- cargo e funções inerentes ao cargo:

Gerente do Setor de Governança em Participações
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor:

a) instituir, administrar e executar planos de benefícios das empresas ou entidades com as quais tiver firmado convênio de adesão; b) prestar serviços de administração e execução de planos de benefícios de natureza previdenciária, e c) promover o bem-estar social dos seus participantes, especialmente no que concerne a previdência.

- ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Não aplicável.

- b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

- i. qualquer condenação criminal – não aplicável.
- ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas – Não aplicável.
- iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer – não aplicável.

- ✓ Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. administradores do emissor – não aplicável.
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor – não aplicável.
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor – não aplicável.
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor – Não aplicável.

- ✓ Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor - não aplicável.
- b. controlador direto ou indireto do emissor – não aplicável.
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas – não aplicável.

C.10) Sempre que a assembleia geral for convocada para reformar o estatuto, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – cópia do estatuto social contendo, em destaque, as alterações propostas; e

II – relatório detalhando a origem e justificativa das alterações propostas e analisando os seus efeitos jurídicos e econômicos.

Vide informações disponibilizadas pela Companhia a partir da página 81 deste documento referente à Proposta de Reforma do Estatuto Social.

C.11) Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência, que estão a seguir demonstradas

C.11.1) Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos

a. objetivos da política ou prática de remuneração

A prática da Companhia leva em consideração as responsabilidades de cada membro, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

O objetivo da prática de remuneração é a retenção dos melhores profissionais para buscar alinhamento com os interesses da Companhia, através da maximização dos índices de rentabilidade aliado aos níveis requeridos de governança corporativa.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Os elementos da remuneração são: honorários (fixos e aprovados anualmente), participação nos resultados, previdência privada (contribuição definida), assistência médica (parte paga pela Companhia) e participação em reuniões do conselho de administração – RCA, esta última aplicável somente ao Conselho de Administração.

Quanto aos objetivos, destaca-se:

Elemento da Remuneração	Objetivos
Honorários, previdência privada, assistência médica e participação em reuniões do conselho de administração – RCA, esta última aplicável somente ao Conselho de Administração.	Retenção, e retribuição pelos serviços prestados levando em consideração a responsabilidade do cargo, o tempo dedicado às suas funções, competência e reputação profissional e o valor dos serviços no mercado.
Participação nos resultados (exceto Conselho Fiscal)	Remuneração adicional que visa o reconhecimento pelos resultados atingidos

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

	2011 (%)	2012 (%)
Honorários e encargos	66,78	84,88%
Participação nos resultados (**)	22,99	-
Participação em assembleias	4,54	8,12%
Previdência privada	4,78	5,91%
Assistência médica	0,91	1,09%

(*) refere-se à previsão da Companhia para a remuneração do ano de 2012. Em virtude de essa remuneração estar em processo de aprovação que ocorrerá em 15 de março de 2012, na Assembleia Geral Ordinária – AGO, não temos como estimar esses percentuais de forma precisa (vide detalhes no Anexo V) e também podem ocorrer alterações.

(**) Devido ao fato da participação nos resultados possuir como base o lucro líquido do exercício, para o exercício de 2012 não temos como estimar esse percentual.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os honorários são reajustados em conformidade com as regras do dissídio coletivo anual.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração da Companhia é baseada nas práticas de mercado e possuem harmonização com os objetivos da Companhia.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

O único elemento da remuneração que possui correlação com indicadores de desempenho é a participação nos resultados, que é influenciada pelo lucro líquido auferido em cada exercício social.

- d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Conforme mencionado no item acima, há um elemento (participação nos resultados) que reflete a evolução dos indicadores de desempenho (lucro líquido).

- e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A política da Companhia leva em consideração as responsabilidades de cada membro, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado e está alinhado com os interesses dos acionistas e investidores.

- f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Duas controladas da Companhia remuneram, a título de honorários fixos, os administradores (diretores estatutários), entretanto, os valores são inexpressivos (em 2010, as duas controladas pagaram um total de R\$ 96 aos seus diretores estatutários)

- g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não aplicável.

C.11.2) Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão

Vide Anexo V, na coluna com a nomenclatura “Órgão”.

- b. Exercício

Vide Anexo V, na coluna com a nomenclatura “Ano”

- c. número de membros

Vide Anexo V, na coluna com a nomenclatura “Membros”

- d. remuneração segregada em:

- i. remuneração fixa anual, segregada em:

- salário ou pró-labore

Vide Anexo V, nas colunas com as nomenclaturas “Honorários” e “Encargos”

- benefícios diretos e indiretos

Vide Anexo V, nas colunas com as nomenclaturas “Assistência Médica” e “Previdência Privada”.

- remuneração por participação em comitês e assembleias

Não aplicável.

- outros

Não aplicável.

ii. remuneração variável, segregada em:

- bônus

Não aplicável

- participação nos resultados

Vide Anexo V, na coluna com a nomenclatura “Participação nos Resultados”.

- remuneração por participação em reuniões

Vide Anexo V, na coluna com a nomenclatura “Participação em RCA”.

- comissões

Não aplicável

- outros

Não aplicável

iii. benefícios pós-emprego

Vide Anexo V.

iv. benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo

Não aplicável

v. remuneração baseada em ações

Não aplicável

- e. valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Vide Anexo V, na coluna com a nomenclatura “Total por Órgão”.

- f. total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Vide Anexo V, nas linhas com as nomenclaturas “Total 2008”, “Total 2009”, “Total 2010” e “Total 2011”.

C.11.3) Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão

- b. número de membros

- c. em relação ao bônus:

- i. valor mínimo previsto no plano de remuneração

Não aplicável

- ii. valor máximo previsto no plano de remuneração

Não aplicável

- iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas

Não aplicável

- iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

Não aplicável

- d. em relação à participação no resultado:

- i. valor mínimo previsto no plano de remuneração

Não aplicável

ii. valor máximo previsto no plano de remuneração

Segundo o estatuto da Companhia, o valor máximo de participação nos resultados é de 10% do lucro líquido do exercício, conforme Art. 152 da Lei 6.404/76.

iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas

Não aplicável

iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

Vide Anexo V.

C.11.4) Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

A Companhia não possui remuneração baseada em ações, portanto, todos os sub itens não são aplicáveis

- a. termos e condições gerais;
- b. principais objetivos do plano;
- c. forma como o plano contribui para esses objetivos;
- d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor;
- e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo;
- f. número máximo de ações abrangidas;
- g. número máximo de opções a serem outorgadas;
- h. condições de aquisição de ações;
- i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício;
- j. critérios para fixação do prazo de exercício;
- k. forma de liquidação;
- l. restrições à transferência das ações;

- m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano;
- n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações.

C.11.5) Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

Vide Anexo VIII.

C.11.6) Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A Companhia não possui remuneração baseada em ações, portanto, todos os subitens não são aplicáveis

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação a cada outorga de opções de compra de ações:
 - i. data de outorga
 - ii. quantidade de opções outorgadas
 - iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis
 - iv. prazo máximo para exercício das opções
 - v. prazo de restrição à transferência das ações
 - vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:
 - em aberto no início do exercício social
 - perdidas durante o exercício social
 - exercidas durante o exercício social
 - expiradas durante o exercício social
- d. valor justo das opções na data de outorga
- e. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas

C.11.7) Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:
A Companhia não possui remuneração baseada em ações, portanto, todos os subitens não são aplicáveis

- d. órgão
- e. número de membros
- f. em relação às opções ainda não exercíveis
 - i. quantidade
 - ii. data em que se tornarão exercíveis
 - iii. prazo máximo para exercício das opções
 - iv. prazo de restrição à transferência das ações
 - v. preço médio ponderado de exercício
 - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social
- g. em relação às opções exercíveis
 - i. quantidade
 - ii. prazo máximo para exercício das opções
 - iii. prazo de restrição à transferência das ações
 - iv. preço médio ponderado de exercício
 - v. valor justo das opções no último dia do exercício social
 - vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social

C.11.8) Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A Companhia não possui remuneração baseada em ações, portanto, todos os sub itens não são aplicáveis

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação às opções exercidas informar:
 - i. número de ações
 - ii. preço médio ponderado de exercício
 - iii. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas
- d. em relação às ações entregues informar:
 - i. número de ações
 - ii. preço médio ponderado de aquisição
 - iii. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas

C.11.9) Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens C11.6 a C.11.8 tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

A Companhia não possui remuneração baseada em ações, portanto, todos os sub itens não são aplicáveis

- a. modelo de precificação;
- b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco;
- c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado;
- d. forma de determinação da volatilidade esperada;
- e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo.

C.11.10) Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- a. órgão

Vide Anexo V.
- b. número de membros

Vide Anexo V.
- c. nome do plano

Romiprev
- d. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar

Em 31 de dezembro de 2011 não há administradores que reúnem condições para se aposentar.
- e. condições para se aposentar antecipadamente

O plano não prevê a aposentadoria antecipada.
- f. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

Vide Anexo V, na coluna com a nomenclatura “Contribuições Previdência Privada até 31/12/2011”.

- g. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

Vide Anexo V, na coluna com a nomenclatura “Previdência Privada”.

- h. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

Em algumas circunstâncias o participante poderá solicitar o resgate antecipado. Essas circunstâncias são:

- a) No caso de falecimento do participante, o resgate poderá ser feito de imediato pelo beneficiário indicado no plano;
- b) no caso do participante que for acometido por doença grave, ou se encontre em estágio ou situação clínica de gravidade que coloque em risco sua vida, assim caracterizado e diagnosticado por médico legalmente habilitado, identificado por seu registro profissional e emitido na conformidade das normas dos Conselhos Federal e Regional de Medicina, fará jus, adicionalmente aos saldos das contas constituídos pelas contribuições realizadas à suas expensas, ao resgate de parte ou da totalidade dos saldos de contas constituídos pelas contribuições realizadas pela Companhia; e
- c) Também farão jus ao resgate total ou parcial dos saldos de contas constituídos pelas contribuições realizadas pela Companhia, o participante cujo beneficiário ou pessoa que mantém com o participante vínculo de dependência seja acometido de doença grave ou se encontre em estágio ou situação clínica de gravidade que coloquem em risco a sua vida.

C.11.11) Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

- a. órgão

Vide Anexo VI.

- b. número de membros

Vide Anexo VI.

- c. valor da maior remuneração individual

Vide Anexo VI.

- d. valor da menor remuneração individual

Vide Anexo VI.

e. valor médio de remuneração individual

Vide Anexo VI.

C.11.12) Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não aplicável.

C.11.13) Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Vide Anexo VII.

C.11.14) Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não aplicável

C.11.15) Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Duas controladas da Companhia remuneraram, nos últimos 3 exercícios, as suas diretoria estatutária. Os valores das remunerações são os seguintes:

a) Romenor – R\$ 94 por ano para os 3 últimos exercícios; e

b) Interocean –R\$ 2 por ano para os 3 últimos exercícios.

Não houve remuneração para nenhum outro órgão da administração.

C.11.16) Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes”

Não há outras informações relevantes adicionais àquelas já mencionadas e demonstradas anteriormente.

C.12) Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para aprovar plano de remuneração com base em ações, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas no Anexo 13 à presente Instrução

Não aplicável, pois a Companhia não possui remuneração baseada em ações.

C.13) Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para deliberar sobre aumento de capital, a companhia deve fornecer aos investidores, no mínimo, as informações indicadas no Anexo 14 à presente Instrução

Não aplicável, pois não haverá deliberação sobre aumento de capital.

Anexo I

	REF.	Circulante	Não Circulante	Vencimento	Amortização do principal	Encargos financeiros	Garantias
Financiamentos de exportação (R\$)	a)	76.128	17.298	16/12/2013	Parcela única	4,5% ao ano	Nota promissória
Imobilizado (R\$)	b)	30.385	97.870	15/11/2017	Mensal	TJLP + Juros de 1,3 a 2% ao ano	Alienação fiduciária de máquinas e hipoteca de imóveis e terrenos
FINAME diversos (R\$)		4.483	7.600	15/06/2010	Mensal	TJLP a 12,5% ao ano + Juros de 1,3% ao ano, pagos mensalmente com a amortização do principal	Alienação fiduciária da máquina financiada/aval/nota promissória
Saques refinanciados (R\$)		1.326	1.008	15/06/2013	Mensal	LIBOR + 1% de "spread"	Contrato de prenda do cliente
Romi Machine Tools - capital de giro - US\$		24	-	30/06/2012	Semestral	Juros de 6,31% a 6,39% ao ano + variação cambial	Nota promissória/aval
Romi Itália (Sandretto UK Ltd.) - Itbras esterlinas		692	-	30/11/2012	Semestral	Juros de 1,65% ao ano + LIBOR	Ativo imobilizado
		<u>113.038</u>	<u>123.776</u>				

(a) A Companhia obriga-se a exportar, até a data de liquidação do contrato, o equivalente ao valor contratado em moeda nacional convertido para dólares americanos pela taxa de câmbio da data do contrato, totalizando US\$ 50.000 mil até 16 de dezembro de 2013. Na ocorrência de não exportação dentro do prazo estipulado, será exigida multa contratual correspondente a 10% sobre o valor inadimplido. A Companhia espera cumprir as condições de exportação estabelecidas no contrato de financiamento.

(b) Durante o ano de 2011, a Companhia assinou aditivo contratual com o BNDES, substituindo as garantias financeiras por hipoteca de imóveis de propriedade da Companhia, com os equipamentos nele instalados.

ANEXO II

INDÚSTRIAS ROMI S.A.

CNPJ - 56.720.428/0001-63/NIRE - 35.300.036.751

COMPANHIA ABERTA

Ata de Reunião do Conselho Fiscal

Aos 6 (seis) dias do mês de fevereiro de 2012, às 10h00, no Distrito Industrial da Companhia, localizado na Rodovia Luís de Queiroz (SP-304), km 141,5, em Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo, reuniram-se os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal de Indústrias Romi S.A., que, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, analisaram as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2011. Após realizarem seus exames, lavraram o seguinte parecer:

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal de Indústrias Romi S.A., tendo procedido ao exame das informações disponibilizadas, considerando, ainda, o parecer dos auditores independentes - Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, e tendo recebido os devidos esclarecimentos por parte da Administração, concluíram nada ter a objetar ou reparar com relação às Demonstrações Financeiras referentes ao exercício fiscal de 2011, e opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Nada mais havendo a tratar, lavraram a presente ata que, após lida e achada conforme, por todos os presentes foi assinada.

Santa Bárbara d'Oeste, 6 de fevereiro de 2012

Antonio Nelson Naime

Alfredo Ferreira Marques Filho

Sérgio de Vasconcellos Rodrigues

Anexo III

	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Lucro líquido do exercício - R\$ mil	3.568	67.929	12.101
Dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos - R\$ mil	24.616	37.378	9.718
Ações ordinárias - qtde	74.757.547	74.757.547	74.757.547
Total de ações - qtde	74.757.547	74.757.547	74.757.547
<u>Lucro por ação:</u>			
Ações ordinárias - R\$	0,048	0,909	0,162
Lucro líquido por ação - R\$	0,048	0,909	0,162

INDÚSTRIAS ROMI S.A

PROPOSTA A SER SUBMETIDA À AGO DE 13 DE MARÇO DE 2012

ORÇAMENTO DE CAPITAL**EXERCÍCIO DE 2012**

	R\$ mil
<u>A - FONTES DE RECURSOS</u>	243.346
a) Recursos próprios (retenção do lucros do exercício de 2011)	-
b) Recursos próprios (retenção de lucros de anos anteriores)	144.738
c) Recursos de terceiros - novos financiamentos	25.000
d) Depreciação e amortização	28.073
e) Geração de capital de giro na operação	45.535
<u>B - INVESTIMENTOS 2012</u>	69.200
a) Investimentos em expansão, produtividade e manutenção	20.000
b) Investimentos em capital de giro	-
c) Projetos de expansão através de aquisição	49.200
<u>C - FINANCIAMENTOS</u>	174.146
a) Liquidação de financiamentos	112.882
b) Reserva para liquidação de financiamentos futuros	61.264

Livaldo Aguiar dos Santos

Diretor-Presidente

Luiz Cassiano Rando Rosolen

Diretor de Controladoria e de
Relações com Investidores

ANEXO V

Ano	Órgão	Membros	Honorários	Encargos	Honorários e encargos	Participação em RCA	Assistência médica	Previdência privada	Participação nos resultados	Total por órgão
			A	B	C=A+B	D	E	F	G	I=C+D+E+F+G
2009	Conselho de Administração	7	783.854	234.330	1.018.185	373.680	18.788	394.489	-	1.805.142
2009	Conselho Consultivo	4	655.941	196.952	852.893	-	42.826	-	-	895.719
2009	Conselho Fiscal	3	175.002	52.546	227.548	-	-	-	-	227.548
2009	Diretoria estatutária	6	3.020.402	907.930	3.928.332	-	44.159	403.837	-	4.376.328
	TOTAL 2009		4.635.199	1.391.758	6.026.957	373.680	105.773	798.326	447.737	7.752.474

Ano	Órgão	Membros	Honorários	Encargos	Honorários e encargos	Participação em RCA	Assistência médica	Previdência privada	Participação nos resultados	Total por órgão
			A	B	C=A+B	D	E	F	G	I=C+D+E+F+G
2010	Conselho de Administração	8	764.464	345.190	1.109.654	468.357	19.334	65.280	185.450	1.848.075
2010	Conselho Consultivo	3	291.868	103.921	395.789	79.277	22.697	-	76.199	573.962
2010	Conselho Fiscal	3	174.088	48.745	222.832	-	-	-	-	222.832
2010	Diretoria estatutária	7	3.424.497	958.859	4.383.356	-	46.540	403.443	948.550	5.781.889
	TOTAL 2010		4.654.917	1.456.714	6.111.631	547.634	88.570	468.723	1.210.199	8.426.757

Ano	Órgão	Membros	Honorários	Encargos	Honorários e encargos	Participação em RCA	Assistência médica	Previdência privada	Participação nos resultados	Total por órgão	Contribuições previdência privada até 31 de dezembro de 2011
			A	B	C=A+B	D	E	F	G	I=C+D+E+F+G	
2011	Conselho de Administração	8	894.191	347.423	1.241.614	346.605	19.825	54.675	408.000	2.070.718	2.876.955
2011	Conselho Consultivo	3	298.108	118.760	416.868	126.035	16.607	-	67.500	627.010	-
2011	Conselho Fiscal (***)	3	171.000	47.880	218.880	-	-	-	-	218.880	-
2011	Diretoria estatutária	8	3.968.746	1.111.249	5.079.994	-	58.504	443.023	1.920.000	7.501.522	4.392.105
	TOTAL 2011		5.332.045	1.625.312	6.957.356	472.640	94.936	497.698	2.395.500	10.418.130	7.269.060

Ano	Órgão	Membros	Honorários (*)	Encargos	Honorários e encargos	Participação em RCA (*)	Assistência médica	Previdência privada	Participação nos resultados (**)	Total por órgão
			A	B	C=A+B	D	E	F	G	I=C+D+E+F+G
2012	Conselho de Administração	9	1.391.859	389.721	1.781.580	765.802	46.234	71.808	-	2.663.423
2012	Conselho Fiscal (***)	3	192.502	53.901	246.403	-	-	-	-	246.403
2012	Diretoria estatutária	8	4.651.837	1.302.514	5.954.351	-	55.847	484.132	-	6.494.331
	TOTAL 2012		6.236.198	1.746.135	7.982.333	763.802	102.081	555.940	-	9.404.156

Notas:

(*) Em relação a proposta para remuneração dos membros da administração prevista para o exercício corrente de 2012, no valor máximo de até R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de Reais), que contempla os honorários (coluna A da tabela acima) e a participação em RCA (coluna D da tabela acima), não significa que esse valor será aplicado em sua totalidade. Conforme determina o Item 11, do Artigo 23, do Estatuto Social da Companhia, cabe ao Conselho de Administração a fixação da remuneração individual dos Administradores, dentro dos critérios que leva em consideração as responsabilidades de cada membro, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e os valores dos seus serviços no mercado.

(**) O valor em Reais - R\$ da participação nos resultados somente será definido após a apuração do lucro líquido do exercício de 2012, portanto, não temos condições de informar o valor nesse momento. Como informação histórica, nos últimos 3 exercícios (2011, 2010 e 2011), o valor pago a título de participação dos resultados foi o equivalente à aproximadamente 3,7% do lucro líquido. A Companhia não possui como prática divulgar guias (*guidance*) relacionados ao seu lucro líquido, essa divulgação poderia gerar falsas expectativas no mercado de capitais.

(***) Esse conselho é insituído ou não na Assembleia Geral Ordinária que será realizada em 15 de março de 2012. Caso o Conselho Fiscal não seja insituído, o valor demonstrado na tabela acima não será aplicável para esse órgão.

ANEXO VI

Órgão	2011			2010			2009		
	Maior remuneração	Menor remuneração	Valor médio da remuneração (*)	Maior remuneração	Menor remuneração	Valor médio da remuneração (*)	Maior remuneração	Menor remuneração	Valor médio da remuneração (*)
Conselho de Administração	346.797	196.384	258.840	406.173	141.324	231.009	768.425	40.919	248.065
Conselho Consultivo	202.498	176.891	209.003	237.692	40.340	286.981	291.767	145.800	223.930
Conselho Fiscal	57.000	57.000	72.960	74.350	16.467	58.029	74.668	18.474	58.334
Diretoria estatutária	1.453.406	638.746	866.684	1.310.596	639.276	734.659	888.133	176.114	857.102

(*) para o cálculo do valor médio da remuneração, foram excluídos os valores pagos aos membros que deixaram seus cargos antes do encerramento de cada exercício, para que não haja distorções relevantes.

ANEXO VII

Ano	Órgão	% (*)
2009	Conselho de Administração	73,1%
2009	Conselho Consultivo	65,0%
2009	Diretoria estatutária	22,4%
2010	Conselho de Administração	58,7%
2010	Conselho Consultivo	59,9%
2010	Diretoria estatutária	17,4%
2011	Conselho de Administração	54,9%
2011	Conselho Consultivo	39,0%
2011	Diretoria estatutária	14,1%

(*)

Refere-se ao item 13.13 do formulário de referência, abaixo transcrito:
13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Anexo VIII

<u>Órgão</u>	<u>Qtde ações</u> <u>Emissor</u> (*)	<u>Qtde ações</u> <u>Controladas</u> (**)
Conselho de Administração	6.460.280	528.282
Conselho Consultivo	1.387.118	211.478
Conselho Fiscal	-	-
Diretoria Estatutária	2.038.582	170.575

(*) Refere-se a quantidade de ações da Companhia (Romi), detidas, direta ou indiretamente, por membros da administração.

(**) Refere-se a quantidade de ações da controlada Rominor, detidas, direta ou indiretamente, por membros da administração.